

## **PROJETO DE LEI Nº 29, DE 04 DE ABRIL DE 2014**

*Autoriza o Executivo Municipal a alienar imóvel do Patrimônio Público para os fins que menciona, e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a alienar o lote de terreno e respectiva construção descritos no artigo 2º desta lei.

**Art. 2º** O imóvel objeto desta lei constitui-se do imóvel identificado com lote nº 03-A, Quadra 033, Zona 10, situado no prolongamento da Rua Zé Cavaquinho, Bairro Aeroporto, com área de 2.376,61 m<sup>2</sup> (dois mil, trezentos e setenta e seis metros e sessenta e um decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: 35,41 m de frente, confrontando com a referida rua; 67,26 m pela lateral direita, confrontando com a futura rua e com o terreno do Sr. Carlos Maurício Gonçalves Guimarães e outros; 66,92 m pela lateral esquerda, confrontando com o lote 003; 35,43 m pelos fundos, confrontando com o lote 001; e respectiva área construída com 469,65 m<sup>2</sup> (quatrocentos e sessenta e nove metros e sessenta e cinco decímetros quadrados; imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaúna sob o nº 44325, Livro nº 2 HD, Folha nº 125.

**Art. 3º** O imóvel de que trata esta lei será alienado mediante licitação pública na modalidade de concorrência nos termos do artigo 17 da Lei 8.666/93 e art. 14 da lei Orgânica da Município.

**Art. 4º** Os recursos financeiros obtidos com a alienação de que trata esta lei, serão aplicados em bens de capital, conforme previsto no artigo 12, § 5º, inciso I da ,lei 4.320/64.

**Art. 5º** As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento municipal, no exercício que ocorrerem.

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúna-MG, 04 de abril de 2014.

**OSMANDO PEREIRA DA SILVA**

Prefeito Municipal

**RENATO CORRADI BECHELAINE**

Secretário Municipal de Administração

**OTACÍLIA DE CÁSSIA BARBOSA PARREIRAS**

Procuradora Geral do Município

***PROJETO DE LEI Nº 29/2014***

**JUSTIFICATIVA:**

Senhor Presidente e Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Itaúna

O presente Projeto de Lei busca autorização legislativa para alienação de imóvel público na forma do artigo 17 da Lei nº 8.666/93 c/c com o artigo 14 da Lei Orgânica do Município, a quem possa oferecer o maior lance, igual ao superior ao da avaliação, em anexo.

Vale esclarecer que o montante do valor apurado com a alienação do referido imóvel será investida em bens de capital, conforme preceitua a Lei 4.320/64, em seu artigo 12, § 5º, inciso I.

Frise-se que o investimento em bens de capital se justifica no interesse público de fomentar o desenvolvimento econômico do Município, fortalecer os empreendimentos já existentes, gerar novos postos de trabalho e captar novos investimentos para a comunidade, e outros mais.

Esperando seja aprovado o presente projeto, na oportunidade, expressamos os nossos protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

**Osmando Pereira da Silva**  
Prefeito Municipal

Trata-se de Projeto de Lei que visa a conceder autorização para a venda de imóveis municipais que não se prestam às suas finalidades e que se encontram em mau estado de conservação.

A conservação de tais imóveis, acompanhada da necessidade de protegê-los contra invasões, submete o erário público a elevados custos administrativos.

Fato é que nem sempre há recursos disponíveis para fazer frente a despesas de tal natureza, o que, no mais das vezes, acaba resultando na degradação do ambiente e das condições de segurança de regiões da Cidade, com a consequente desvalorização do patrimônio dos munícipes ali instalados.

Pretende-se, portanto, fomentar o desenvolvimento das regiões atingidas, atribuindo a elas usos mais adequados à dinâmica urbana, ao mesmo tempo em que os investimentos públicos serão otimizados, com a alocação de recursos para ações que atendam de maneira mais efetiva os legítimos interesses dos contribuintes.

Impende salientar, por relevante, que as alienações ora ventiladas não comprometem, em nada, a prestação dos serviços públicos destinados à população municipal, tendo em vista que são imóveis que, no estado em que atualmente se encontram, não atenderiam às condições de segurança e estabilidade requeridas e – repita-se – não se prestam as suas finalidades.

Outrossim, obedientes às responsabilidades típicas do Poder Público, impõe-se reconhecer que não se afigura razoável esperar que a Administração Municipal envide esforços na expectativa, incerta, de auferir vantajosa exploração econômica a partir da gestão destes bens.

De outro lado, é cediço que as alienações em tela poderão propiciar o aumento da arrecadação municipal, elevando ainda mais a capacidade de investimento da Administração, proporcionando que recursos sejam alocados em atividades de grande interesse da nossa Cidade.

Contando, desde já, com o apoio dessa Ilustre Casa de Leis à presente iniciativa, aproveito para solicitar, na forma do art. 73 de Lei Orgânica do Município, a sua apreciação em regime de urgência, em função da necessidade de atender a compromissos de ordenamento da Cidade.

O presente Projeto de Lei visa obter autorização desse Legislativo para alienar o lote de terreno nº 17- Quadra 49 – B Santanense (antiga Quadra 07 – B. João Paulo II) – com área de 335,70 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e cinco metros e setenta decímetros quadrados) de titularidade do Município de Itaúna, conforme cópia anexa do Registro de Imóveis.

Vale dizer que o imóvel acima descrito possui declividade acentuada, confronta-se pelos fundos com o lote 04 – de propriedade do Sr. Elias Dias de Souza, cuja construção encontra-se em risco de desabamento, conforme constatado em vistoria “in loco”. Para fins de evitar tais consequências e diminuir o risco, o Senhor Elias, há anos, cuida do lote pertencente ao Patrimônio Público, plantando árvores frutíferas, mandiocas, etc...

O repasse do recurso será efetivado na forma estabelecida no instrumento de convênio a ser celebrado entre o Município e a entidade, no qual serão fixados as condições, prazos e critérios de aplicação e respectiva prestação de contas.

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis e outros bens considerados necessários à realização das mesmas; despesas com a aquisição de instalações, equipamentos e materiais permanentes; despesas que resultem em

valorização de um bem público, tais como as despesas de reconstrução e reinvestimento; despesas que se destinem a programas de fomento econômico, que permitam a geração de renda e que sejam empregados para obter nova produção.

Certificado, por meio de Processo Administrativo n 8834/05, não haver interesse público na utilização do imóvel e estando, este, prejudicando terceiros, restou apenas uma alternativa para a Administração pública: alienação do lote de terreno, seguindo o Princípio da legalidade (anexas cópias do memorial descritivo, laudo de avaliação, certidão).

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**RELATÓRIO**

**Projeto de Lei nº 42/2014**

Tendo esta Comissão, recebido na data de 23 de abril de 2014, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa do **Projeto de Lei nº 42/2014**, que *“Autoriza o Executivo Municipal a Alienar Imóvel do Patrimônio Público para os Fins que menciona e dá outras providências”*, e tendo sido nomeado para relatar sobre a matéria em apreço, passo a expor o seguinte esclarecimento:

- O presente Projeto de Lei tem por objetivo autorizar o Executivo Municipal a alienar o lote de terreno e respectiva construção.
- Diante do exposto, passo a emissão do meu voto.

**VOTO DO RELATOR**

Este relator entende que o supramencionado Projeto de Lei, encontra-se dentro da correta Técnica Legislativa, portanto, sou pela apreciação da presente proposição pelo Plenário.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2014.

**Gleison Fernandes de Faria**  
*Presidente / Relator*

**Nilzon Borges Ferreira**

*Membro*

**Hudson Bernardes**

*Membro*

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO

### ***RELATÓRIO AO PROJETO DE LEI Nº 042/2014***

Aos 07 dias do mês de maio do ano de 2014, recebeu a Comissão de Finanças e Orçamento (CFO) por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Itaúna/MG, o Projeto de Lei nº 042/2014, que *“Autoriza o Executivo Municipal a alienar imóvel do Patrimônio Público para os fins que menciona, e dá outras providências”*, de autoria do Exmo. Sr. Prefeito de Itaúna/MG, Osmando Pereira da Silva, e tendo avocado a relatoria, deste passo a apreciar o referido projeto, com as seguintes considerações:

01 - O presente Projeto de Lei versa sobre a autorização deste Legislativo ao Executivo itaunense para alienação do bem descrito à fl. 02;

02 - No art. 3º desta proposição encontramos a informação de que tal alienação se dará por meio de licitação pública e no art. 4º é previsto que toda arrecadação com a dita venda será aplicada em bens de capital.

Diante do exposto passo a emissão do meu voto.

### **VOTO DO RELATOR**

Assim, entende este relator que o supramencionado Projeto de Lei **está devidamente instruído**, estando apto a ser apreciado pelo plenário desta Câmara.

Sala de Comissões, Itaúna/MG, 12 de maio de 2014.

**Antônio José de Faria Júnior - Da Lua**  
Presidente/Relator da CFO

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO**

***PARECER FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 042/2014***

Diante da análise, bem como, da emissão do parecer exarado pelo relator da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Antônio José de Faria Júnior, ante o Projeto de Lei nº 042/2014, que “*Autoriza o Executivo Municipal a alienar imóvel do Patrimônio Público para os fins que menciona, e dá outras providências*”, de autoria Exmo. Sr. Prefeito de Itaúna/MG, Osmando Pereira da Silva, entende-se que o Projeto de Lei **está devidamente instruído**, sendo favoráveis à apreciação pelo plenário desta Casa.

Sala das Comissões, Itaúna/MG, 12 de maio de 2014.

Acompanham o voto do relator:

**Francis José Saldanha Franco**  
Membro da CFO

**Leonardo Santos Rosemburg**  
Membro da CFO